



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE VINTE E NOVE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE** -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E SEIS DE DOIS MIL E VINTE** -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu por videoconferência a Assembleia Municipal de Moura, a partir do Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Moura, em reunião extraordinária, nos termos do n.º 3, artigo 3º da Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março, alterada pela Lei n.º 28/2020 de 28 julho de 2020 e de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 15º do Regimento desta Assembleia Municipal, sob a presidência do seu Presidente substituto, na falta da Presidente efetiva, o Senhor João Manuel Ezequiel Lopes Gomes, coadjuvado pela Senhora Maria José Machado Canal Gomes, na qualidade de Primeira Secretária substituta. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (**DOC.01/26**), para além dos mencionados, os seguintes membros, presentes no Salão Nobre dos Paços do Concelho: -----

----- João António Ramos Diniz; José Manuel Ramos Lérias; Adriano Baião Carrasco e António José Gonçalves Monteiro. -----

----- Assistiram à sessão, com presenças por videoconferência, verificadas e confirmadas por chamada pública: -----

----- Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves; João Augusto Espadeiro Ramos; António Domingos Combadão Ramalho; Joaquim Augusto Caeiro Batista; Pedro Jorge Rucha Patacão; Antónia de Jesus Vilar Baião; António José dos Santos Gomes; Gabriel Gustavo Boto Ramos; Maria da Ascensão Janeiro Batista; Maria de Fátima Limpo Rim Farinho; Isabel Francisca Barão Migas; Rui Manuel Ramalho Almeida; Francisco Correia Farinho; António Fernando Canudo Capa; Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro; Joaquim Mário da Silva Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; Bruno Miguel Valente Monteiro – Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador e Francisco José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Gualdino de Almeida Candeias – Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. -----

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelos senhores vereadores José Francisco Calado Banha presente no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Moura e Ana Maria Charrama Farinho e Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio presentes por videoconferência. -----

-----Para completar o lugar vago na mesa e para secretariar a Assembleia foi nomeado, pelo Senhor Presidente em exercício, para Segundo Secretário, o Senhor António José Gonçalves Monteiro. -----

-----Nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, pediram substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal em exercício, os seguintes membros: -----

-----Paula Cristina Barão Ramos, tendo sido substituída pelo Senhor José Manuel Ramos Lérias; Rui Luís Ferreira Sousa, tendo sido substituído pelo Senhor Pedro Jorge Rucha Patacão; Rui Eduardo Palma Bebiano, tendo sido substituído pela Senhora Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro e José Francisco Lúcio Galego, tendo sido substituído pelo Senhor António Fernando Canudo Capa. -----

-----Faltou à sessão, por motivo de doença, o Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel, Senhor António Limpo Montezo. -----

-----Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. -----

-----Tratando-se de uma sessão da Assembleia Municipal Extraordinária, na qual apenas deveriam ser discutidos os pontos da “Ordem do Dia”, mas devido ao falecimento no dia anterior, do cidadão Herbert Rodrigues Telo, o eleito Gabriel Ramos em nome da bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária, e a título excepcional, propôs à Mesa e aos restantes membros da Assembleia Municipal a integração e apresentação na “Ordem do Dia” de um Voto de Pesar, uma vez que se estava a falar de um cidadão ilustre quer da cidade, quer do Concelho de Moura. **(DOC.02/26)**-----

-----No uso da palavra, o eleito João Diniz reportou que sendo uma sessão extraordinária, a bancada do Partido Socialista tinha previsto apresentar um voto de



pesar na próxima sessão da Assembleia, contudo não se opunham a que o voto apresentado pela bancada da CDU fosse votado, embora a votação dependesse do teor do documento, o qual poderiam subscrevê-lo ou não. -----

-----Seguidamente, o Senhor Presidente questionou todos os eleitos da Assembleia Municipal se concordavam, a título excepcional, com a proposta de introdução do voto de pesar pelo falecimento de Herbert Rodrigues Telo, na “Ordem do Dia”, apresentada pelo eleito Gabriel Ramos. -----

-----O eleito João Diniz, tornou a frisar que a bancada do Partido Socialista apenas concordava com a introdução do voto de pesar na “Ordem do Dia”, desde que o mesmo fosse apresentado em nome da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam à votação, da integração na “Ordem do Dia”, do Voto de Pesar pelo falecimento de Herbert Rodrigues Telo, apresentado pelos eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária. -----

-----**Deliberado** com base no ponto 2, do artigo 50º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, por **unanimidade**, com vinte e cinco votos a favor, **aprovar** a proposta de inclusão na “Ordem do Dia” do Voto de Pesar pelo falecimento de Herbert Rodrigues Telo, apresentado pela CDU, considerando-o como o ponto “**quatro**”. -----

----- ORDEM DO DIA -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao primeiro ponto da ordem do dia. -----

----- **1. Declaração de Interesse Público Municipal na Construção da Central Solar localizada na Herdade dos Arrochais, em Amareleja – Sun Arrochais.** (DOC.03/26) -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Face ao documento em apreciação e relativamente à informação fornecida pela autarquia sobre o assunto de certidão de reconhecimento de Interesse Público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



Municipal da Central Solar localizada na Herdade dos Arrochais em Amareleja – Sun Arrochais, na qual é referenciado um pedido de informação prévia apresentado à Câmara Municipal de Moura e um parecer emitido por parte da CCDR Alentejo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), o eleito Gabriel Ramos solicitou esclarecimento acerca do ponto de situação relativamente ao parecer da autarquia, uma vez que o pedido de Interesse Público Municipal era efetuado à Câmara e não à CCDR Alentejo, e se já havia uma resposta, por parte da autarquia, no que dizia respeito ao pedido de informação prévia. Por último, indicou que a visão que existia sobre a energia solar estava e continuava correta, pelo que valorizava o facto de existir uma empresa a querer instalar uma Central Fotovoltaica no Concelho de Moura, o que apenas era possível, porque o próprio PDM (Plano Diretor Municipal) do concelho assim o permitia.-----

-----Em resposta ao solicitado pelo eleito Gabriel Ramos, o vereador Manuel Bio esclareceu que o processo era acompanhado pelos técnicos da autarquia, contudo e dado que a autarquia aguardava resposta por parte da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e da CCDR Alentejo, informou que a Câmara Municipal decidiu emitir o pedido condicionado, de modo a que o investidor pudesse seguir em frente com o projeto e evitando que houvesse mais atrasos no *timing*.-----

-----Relativamente ao projeto apresentado, o eleito João Diniz salientou que o mesmo viria dar um enorme contributo para aumentar, de forma muito significativa, a produção de energia renovável no Concelho de Moura e que a sua construção em conjunto com a Central Fotovoltaica de Amareleja e a Central Hidroelétrica da Barragem de Alqueva, tornavam o concelho numa referência a nível nacional e europeu, no que se referia às energias limpas. Continuando e considerando que o estudo de impacto ambiental, previamente realizado, assegurava que eram tomadas todas as medidas necessárias para evitar, minimizar e compensar todos os efeitos sobre o ambiente, declarou não existirem dúvidas da bancada do Partido Socialista, em aprovar a declaração de Interesse Público Municipal para que a construção da Central pudesse ser executada o mais rapidamente possível.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----**Deliberado**, por **unanimidade**, com vinte e cinco votos a favor, **aprovar** a proposta de Interesse Público Municipal na Construção da Central Solar localizada na Herdade dos Arrochais, em Amareleja – Sun Arrochais, apresentada pela Câmara Municipal de Moura.-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto dois da ordem do dia.-----

-----**2. Proposta de 3ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento em vigor para o ano de 2020. (DOC.04/26)**-----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Verificando não haver inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----**Deliberado**, por **maioria**, com treze votos a favor e doze abstenções, **aprovar** a proposta de 3ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento em vigor para o ano de 2020, apresentada pela Câmara Municipal de Moura.-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto três da ordem do dia.-----

-----**3. Proposta de Consolidação de Contas do Grupo Município de Moura referente ao ano de 2019. (DOC.05/26)**-----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----O eleito António Gomes referiu que, tal como já tinha acontecido na sessão anterior, estranhava que a oposição não se pronunciasse sobre o assunto, contudo tornou a frisar o facto de a autarquia ter reduzido o seu endividamento em cerca de oitocentos e vinte mil euros, o que permitia uma maior margem de endividamento para futuros investimentos, salientando ainda o prazo médio de pagamento a fornecedores, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

qual teve uma redução de cento e catorze para apenas quarenta e sete dias e os pagamentos em atraso que também tiveram uma redução significativa na ordem dos oitenta e oito por cento. Continuando, destacou o facto de no ano transato ter sido liquidada a dívida para com as Juntas de Freguesia, no montante de quatrocentos e vinte e cinco mil euros e de o investimento ter aumentado, atingindo um montante de três milhões e noventa mil euros, sem esquecer que tal como era realçado no relatório de auditoria, o qual era efetuado sem reservas, os indicadores de gestão eram positivos. No tocante às empresas do grupo da autarquia, empresas municipais e Comoiprel, evidenciou que no caso da Herdade da Contenda, em dois mil e dezanove, para além de não ter havido qualquer financiamento por parte da autarquia, verificou-se um aumento significativo do resultado líquido, em cerca de sessenta por cento. Relativamente à Lógica, observou que por enquanto a mesma não iria ser encerrada, havendo no momento diligências de modo a tornar a empresa desejável a investidores, ou apenas para criar algum grau de sustentabilidade. Para finalizar e sobre a questão da Comoiprel, evidenciou que a mesma teve uma redução do passivo em cerca de quarenta por cento, na altura em que a cooperativa conseguiu resolver uma série de situações, nomeadamente situações de trabalho precário. -----

-----No uso da palavra e sobre a ausência de intervenção da CDU sobre o assunto em apreciação, o eleito João Ramos mencionou que bastava aferir às intervenções do eleito António Gomes no anterior mandato, em que as suas intervenções eram a redução da despesa corrente para dez por cento. Para terminar, acrescentou que as contas municipais estavam na situação em que estavam e que o eleito António Gomes não se pronunciava sobre o assunto, o que demonstrava a forma, a profundidade e a seriedade com que as mesmas eram tratadas. -----

-----De acordo com a intervenção do eleito João Ramos e no tocante à questão das despesas correntes, o eleito António Gomes referiu que apesar de ser uma questão que continuava premente, não tinha dúvidas que o executivo continuava a trabalhar nesse sentido, no entanto era a preocupação da CDU manifestada no atual mandato, questão essa que no mandato anterior era totalmente desvalorizada. Prosseguiu, lembrando que o assunto das despesas correntes era um assunto ao qual a CDU



nunca deu importância nem valor, contudo ao longo de respetivo mandato era tema abordado pela coligação em comunicados e declarações de votos. O objetivo do atual executivo é ter uma redução das despesas na ordem dos setenta por cento, o que poderia não ser possível de realizar, dado que os custos com o pessoal e outros custos fixos tornariam difícil tal redução, no entanto o importante era que, paulatinamente, se fosse efetuando um esforço para que o desequilíbrio fosse minimizado. Continuando, disse não ser possível comparar o valor atual das despesas correntes, porque existiam alterações significativas na estrutura dos custos, pelo facto de no atual mandato se ter iniciado a registar o imobilizado, e este ao ser todo registado fazia com que houvesse um aumento no valor das amortizações, valor esse que penalizava e aparecia nas despesas correntes. -----

-----Face ao documento em apreciação e de acordo com as intervenções do eleito António Gomes, o vereador José Banha lembrou que quando foi apresentado o Relatório de Contas referente ao ano de dois mil e dezanove, o qual refletia o conjunto de documentos de toda a ação e atividade do município ao longo de um ano, a oposição não se pronunciou, nem fez qualquer observação. Acrescentou que o objetivo da Assembleia Municipal, órgão deliberativo, era que houvesse debate relativamente aos assuntos apresentados, os quais eram do interesse de todos os presentes, em prol da população do concelho, uma vez que os membros tinham sido eleitos pela população para esse efeito, o que não acontecia fosse em que ponto fosse da "Ordem do Dia". Seguidamente e porque se estava a falar de contas, realçou que em pontos bastantes importantes, não se podia apenas remeter a um documento escrito numa reunião prévia, porque enquanto eleitos deputados não bastava ler o documento, o qual era transversal a nível anual, e votar, logo achava fraco para um partido que estava na oposição e se gabava por ter um eleitorado muito grande. Relativamente às contas da autarquia, em dois mil e dezanove e à questão das despesas correntes, explicitou que o descongelamento de carreiras dos funcionários tinha impacto, porque tudo o que envolvesse salários era considerado despesa corrente, o que posteriormente dificultava a sua redução. Devido ao concelho de Moura ser um meio pequeno, reportou que a redução era cada vez maior, pois havia dificuldade em se afirmar, bem como de se ir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

buscar mais fundos até do próprio estado central, independentemente do governo que liderava. Contudo era necessário ter-se presente a realidade local em que a densidade populacional era pequena e que quando houvesse um ajuste nos cadernos eleitorais, o concelho iria levar um corte na questão do FEEF (Fundo Europeu de Estabilização Financeira). Prosseguindo e relativamente às contas apresentadas, mencionou que o interesse do atual executivo era que o município e toda a sua população tivesse melhor qualidade de vida e empregabilidade, dado que a autarquia não era apenas o modelo de desenvolvimento, mas sim parceira de um conjunto de empresas que queriam investir no concelho, no entanto, explanou que não aceitava que em Assembleia Municipal, órgão fiscalizador dos atos da Câmara Municipal, não fosse praticado aquilo que lhe competia praticar. No tocante às empresas municipais, aquelas que maior peso de capital suportavam, no caso da Herdade da Contenda indicou que aquilo que foi feito nos últimos três anos, era incomparável ao que tinha sido feito em anos anteriores, pois veio provar que era autossustentável sem existir a necessidade de investimento por parte da Câmara Municipal. Relativamente à Lógica e tal como o senhor Presidente da Câmara vinha referindo, estava a fazer-se de tudo para que a mesma retomasse à atividade e, apesar de no anterior mandato se ter votado em Assembleia Municipal para que a mesma fosse dissolvida, aquilo que se fez foi procurar investimento para dinamizar nos mesmos moldes ou encontrar uma parceria que pegasse no *know how* da empresa em causa, contudo e por ser uma empresa municipal que tinha um consumo muito grande de recursos, existia a necessidade de se manter o Contrato-Programa pagando-se cerca de vinte e três mil euros mensais para se conseguir manter não só os postos de trabalho, ainda que sem produtividade, como os custos de funcionamento, frisando que até ao final do mandato o executivo iria tentar encontrar uma solução viável que permitisse alavancar a Lógica e expandir o fotovoltaico, uma vez que existiam várias empresas no Concelho que tinham como objetivo explorar a energia solar. No que dizia respeito à Comoiprel, lembrou que tal como a Lógica, a mesma também tinha uma conta corrente de grande porte e juros elevados, logo aquilo que se poderia fazer na primeira instância, era tentar reduzir os custos associados a empréstimos, e de acordo com os dados reportados a dois mil e dezanove os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

resultados financeiros tinham sido bons, acrescentando que os dados do próximo ano seriam mais elevados devido aos custos associados com o pessoal e à opção de dar continuidade aos contratos de trabalho, com todas as condições a que os mesmos obrigavam, condições essas que ao longo de vários anos nunca foram dadas aos trabalhadores que lá se encontravam a laborar. Para finalizar, disse que apesar de a maior força da oposição, CDU, ter divulgado a extinção do trabalho precário, a mesma tinha feito precisamente o contrário no que dizia respeito aos trabalhadores da Comoiprel, mantendo os vínculos de trabalho dos funcionários através de contratos de trabalho a termo.-----

-----No uso da palavra, o eleito Gabriel Ramos disse que o vereador José Banha referia uma parte da cronologia dos acontecimentos, no entanto omitia outras, nomeadamente o grupo de trabalho constituído, bem como o motivo da sua constituição. Frisou que para o executivo da CDU, sempre foi uma visão e um ponto assente aquilo que era a fileira do fotovoltaico, nomeadamente a Central Fotovoltaica, a Fábrica dos Painéis Solares e a questão da Lógica, verificando-se que era a visão do futuro do concelho de Moura. Continuando, declarou que gostaria que aquilo que o Partido Socialista transmitia em Assembleia Municipal, tivesse sido a posição do partido em mandatos anteriores, sobretudo, aquando do início do mega projeto do fotovoltaico, em que foi necessário vir alguém (Largo do Rato) explicitar algumas questões para que o processo fosse desbloqueado, dado que existia uma constante reprovação, por parte do Partido Socialista, de deliberações importantes para que o referido projeto se instalasse em Moura. Quanto à intervenção do vereador José Banha, relativamente ao muito fraco, em seu nome pessoal e em nome dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, indicou que muito fraco era aquilo que o vereador e o restante executivo tinham feito nos últimos três anos de mandato.-----

-----No âmbito da intervenção do eleito Gabriel Ramos, o vereador José Banha mencionou não estar a omitir factos temporais nem estava contra a energia fotovoltaica, no entanto e relativamente à Lógica referiu que apesar do investimento inicial efetuado na empresa, esta tinha sido criada e tendo o eleito sido, no último mandato assessor na autarquia, o mesmo acabava por ter responsabilidades, uma vez que tinha havido um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

desinteresse e um desinvestimento total por parte do executivo cessante, do qual o eleito fazia parte. Prosseguindo, indicou que o município tinha um conjunto de deveres, obrigações e direitos, lembrando que foi o executivo da CDU que negociou o contrato da água em alta e embora tivesse verba para liquidar a dívida, não o fez deixando a referida dívida, superior a um milhão de euros por pagar, à qual atualmente existiam juros associados, tal como um estrangulamento na gestão diária na tesouraria da autarquia. Por último e apesar do Partido Socialista ter um caderno de projetos para cumprir, reportou que o mesmo no início do mandato decidiu avançar com obras do anterior executivo por entender que as mesmas eram estruturais, porque o benefício da sua concretização era para a população do concelho, acrescentando que o atual executivo defendia as suas ideias e os seus ideais até ao final. -----

-----O vereador Manuel Bio solicitou a palavra para referir que, ao contrário do que o eleito Gabriel Ramos alegou e daquilo que era o relatório da energia fotovoltaica, lembrou que o vereador José Banha na altura não fazia parte da Câmara, no entanto e porque acompanhou o projeto desde o início esclareceu que foi uma das pessoas que mais interveio em Assembleia Municipal, colocando questões que o preocupavam no referido projeto. De seguida, acrescentou que o Partido Socialista nunca foi contra a implementação do mesmo e que não se tratava de uma questão estratégica, até porque a estratégia era do Partido Socialista, pois quem trouxe o fotovoltaico para o nível nacional e para Moura, foi o Partido Socialista que sempre defendeu e se colou a esse desenvolvimento. Por último, tornou a salientar que o Partido Socialista sempre questionou o projeto e que o eleito Gabriel Ramos não conhecia todo o seu processo, dado que num determinado momento queria-se avançar com o mesmo, sem que o preço estivesse fixado, acrescentando ainda que não foi necessário vir alguém (Largo do Rato) dizer como se tinha que atuar, veio sim informar que o preço ia ser aquele e que o mesmo iria ser garantido. -----

-----Verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----**Deliberado**, por **maioria**, com treze votos a favor e doze abstenções, **aprovar** a proposta de Consolidação de Contas do Grupo Município de Moura, referente ao ano de dois mil e dezanove, apresentada pela Câmara Municipal de Moura.-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto quatro da ordem do dia.-----

-----**4. Voto de Pesar pelo Falecimento de Herbert Rodrigues Telo.** (DOC.06/26)-----

-----O eleito Gabriel Ramos, em nome da bancada da CDU, apresentou o seguinte voto de pesar, a qual passou a citar:-----

-----**“Voto de Pesar pelo Falecimento de Herbert Rodrigues Telo**-----

-----*Ontem, no dia 28 de julho de 2020 faleceu Herbert Rodrigues Telo com 92 anos de idade.*-----

-----*Natural do Torrão, Herbert Telo, sediou-se em Moura onde construiu a sua família e se tornou um empresário reconhecido dentro do nosso concelho como fora dele através da emblemática Mini Praça Salúquia.*-----

-----*Tornou-se ao longo dos anos um embaixador do concelho de Moura e do nosso território através da promoção dos produtos locais, sendo fundador da marca de enchidos “Salúquia”.*-----

-----*Um apaixonado pela cultura era um declamador de poemas tendo participado na sua infância em peças de teatro de revista.*-----

-----*Foi vereador eleito pela FEPU no primeiro mandato autárquico, um Democrata e Progressista. Homem que sempre manifestou a sua posição política através do combate ao fascismo e um defensor da Revolução do 25 de abril de 1974 e da democracia. Sempre participou na atividade política no quadro da FEPU/APU/CDU em prol da defesa e progresso do concelho de Moura, da região e do país.*-----

-----*Pelo seu exemplo de Cidadania, Empreendedorismo, Combate ao Fascismo, Papel Preponderante na Vida Associativa e Cultural, Herbert Rodrigues Telo será sempre lembrado com um enorme Orgulho, Consideração, Respeito e Generosidade.--*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Nestes termos, a Assembleia Municipal de Moura, reunida a 29 de julho de 2020, delibera:-----

- 1. Aprovar este voto de Pesar;-----
- 2. Remeter o presente Voto de Pesar à sua família;-----
- 3. Dar conhecimento deste voto de pesar à União das Freguesias de Moura e Santo Amador e à Câmara Municipal de Moura.-----

-----A Assembleia Municipal de Moura, após ter lido e aprovado o Voto de Pesar, guardou um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----Moura, 29 de julho de 2020-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura”.-----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições.-----

----- No uso da palavra e tal como referiu na sua primeira intervenção, o eleito João Diniz, frisou que a bancada do Partido Socialista estava disponível para votar o voto de pesar apresentado, caso o texto fosse modificado de acordo com o voto de pesar que tinham redigido para apresentar na próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, ou seja, o objetivo era efetuar-se um único documento com a junção dos dois votos de pesar, bancada da CDU e bancada do Partido Socialista, para que posteriormente o mesmo fosse votado por unanimidade e apresentado em nome da Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente e visto tratar-se de um documento abrangente a toda a Assembleia Municipal, o senhor Presidente solicitou ao PSD – Partido Social Democrata e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, que se manifestassem relativamente ao proposto pelo eleito João Diniz.-----

-----O eleito Pedro Patação, em nome da bancada do PSD referiu que se iriam associar ao voto de pesar, desde que o voto de pesar final fosse da concordância de todos.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, usou da palavra para informar que também se iria associar ao voto de pesar, caso o mesmo seja um documento único e em nome da Assembleia Municipal de Moura.-----



-----Usou novamente da palavra, o eleito Gabriel Ramos para informar que a bancada da CDU não modificaria o texto do voto de pesar apresentado. -----

-----O senhor Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador disse que o problema não estava no conteúdo, visto todos concordarem com o mesmo, mas sim na forma como era apresentado o voto de pesar, acrescentando que a proposta deveria ser uma proposta conjunta. -----

-----O eleito João Diniz, tornou a mencionar que caso a bancada da CDU estivesse disposta a alterar o conteúdo do voto de pesar apresentado, incluindo a referência bibliográfica, relativa aos serviços prestados ao desporto pelo visado no documento, que constava da proposta da bancada do Partido Socialista, evitaria dois votos de pesar com o mesmo teor, tornando-o num único documento, sendo apenas votado um voto de pesar da Assembleia pelo falecimento de Herbert Rodrigues Telo. --

-----Neste momento ausentou-se da sessão, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador. -----

-----Seguidamente e após todas as intervenções sobre o documento em discussão, o eleito Gabriel Ramos referiu que a bancada da CDU iria incluir a questão da referência bibliográfica que constava da proposta da bancada do Partido Socialista, para que fosse apenas apresentado e votado um documento único, relativamente ao referido assunto, pelo que o texto final do voto de pesar, apresentado inicialmente pela CDU, integra como 4º parágrafo, o seguinte texto:-----

-----*“A sua atividade e marca no concelho não se cingiu à área empresarial, tendo desempenhado um papel participativo no movimento associativo, onde foi presidente e ocupou outros cargos dos órgãos sociais de algumas das mais emblemáticas coletividades da sede do concelho, tendo sido treinador das camadas jovens do Moura Atlético Clube e campeão distrital, sendo atualmente sócio número 1”.*-----

-----O senhor Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, solicitou a palavra para informar que se iria abster na votação do voto de pesar pelo falecimento de Herbert Rodrigues Telo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Verificando existir finalmente um texto consensual entre a CDU e o Partido Socialista, e não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação. -----

-----**Deliberado, por maioria dos presentes**, com vinte e três votos a favor e uma abstenção, **aprovar** o voto de pesar pelo falecimento de Herbert Rodrigues Telo, apresentado pelos eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária. -----

----- APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (**DOC.07/26**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada por unanimidade**, foi assinada, pelo Presidente João Manuel Ezequiel Lopes Gomes e pela Primeira Secretária, Maria José Machado Canal Gomes. -----

----- ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

-----Eram vinte e três horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de julho de dois mil e vinte, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Carina Patrícia Ceriaco Quintas, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Primeira Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e pela Senhora Primeira Secretária. -----

-----O Presidente,  -----

-----A Primeira Secretária, Maria José Gomes -----